

O Estado de S. Paulo – 10/06/2009

Ruim, mas nem tanto

Editorial

Melhor que o esperado, o balanço da economia no primeiro trimestre reforça a expectativa de recuperação em 2009, com resultado igual ou pouco superior ao do ano passado. O Brasil não escapou da recessão e a crise não foi a marolinha anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, apesar disso, os números divulgados ontem pelo IBGE surpreenderam positivamente. Segundo esses dados, de janeiro a março a produção de bens e serviços foi 0,8% menor que a dos três meses finais de 2008. Consultores e analistas do mercado financeiro estimavam números bem piores. A queda projetada pelos 32 economistas ouvidos pela Agência Estado ficava entre 0,9% e 3%, com mediana de 2%. Mas é preciso não subestimar as dificuldades. Consumo privado e gasto público podem atenuar a crise e dar o primeiro impulso da reativação, mas não bastam para sustentar o crescimento.

No primeiro trimestre, a atividade econômica dependeu do mercado interno. As famílias consumiram 0,7% mais que nos últimos três meses de 2008. A despesa de operação da máquina pública, em todos os níveis da administração, foi 0,6% superior à do trimestre final do ano passado. Os outros componentes da demanda foram na direção inversa. O investimento caiu 12,6% e a exportação de bens e serviços diminuiu 16%. A participação do Comércio Exterior no resultado final só não foi pior porque a importação encolheu 16,8%.

A economia brasileira tem capacidade para se equilibrar e em seguida crescer em ritmo razoável - de até 5% - por um ano ou dois. Para continuar em expansão, precisará de um parque produtivo maior. No primeiro trimestre, a taxa de investimento, 16,6% do PIB, voltou ao nível de três anos atrás. Essa queda foi produzida tanto pela menor procura de máquinas e equipamentos quanto pela menor atividade da construção. Diante da contração do mercado, os empresários investiram menos e o governo foi incapaz de cobrir essa perda. A expansão do gasto público resultou essencialmente do aumento do custeio, em grande parte associado ao inchaço da folha de pagamentos federal.

No setor privado, a sustentação do consumo foi permitida pela expansão da massa de salários - um efeito do crescimento econômico acelerado até o terceiro trimestre de 2008. Mas esse fator perdeu muito de sua importância depois de seis meses de recessão. Apesar disso, a reativação da economia dependerá basicamente, ainda por alguns meses, do comportamento dos consumidores. O investimento do governo continua ocorrendo principalmente nos discursos do presidente e de seus ministros. Na prática, a maior parte dos projetos custeados pelo Tesouro continua emperrada. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) permanece na dependência das empresas, principalmente da Petrobrás.

Além disso, a retomada do crescimento só será sustentável se as contas externas se mantiverem robustas. Neste momento, o Brasil tem superávit comercial e o déficit em conta corrente é administrável. Mas é preciso pensar na próxima etapa de crescimento da economia. De janeiro a abril, segundo relatório recém-divulgado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), a exportação foi menor que a do ano passado em 26 de 28 setores classificados para análise. Em 19 setores a redução foi superior a 20%. A variação só foi positiva para as exportações da agropecuária (+10,2%) e do setor de minerais metálicos (+38,8%).

O vigor da economia chinesa, no meio da crise mundial, é a principal explicação para esses dois números positivos. Isso não basta. Uma reativação mais ampla das exportações brasileiras - e não só das vendas de alguns produtos básicos - dependerá da evolução de outros mercados e do poder de competição dos produtores nacionais. No mundo desenvolvido a recuperação será lenta, segundo todas as previsões, e as condições do mercado internacional continuarão desfavoráveis até onde a vista alcança. São motivos a mais para se cuidar da capacidade competitiva do Brasil - do País, e não só das empresas, porque várias desvantagens importantes, como a burocracia estatal, as deficiências da infraestrutura e a tributação irracional estão fora dos muros das fábricas. Seria uma boa ideia começar pela remoção dos entraves fiscais.
